



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 6ª VARA DO
TRABALHO DE CAMPINA GRANDE**

Equipe de Correição: Alexandre Roque Pinto (Juiz Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria), Anna Beatriz Queiroga Lopes Meira de Araújo, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Maria Clara Cabral Campos, Rodrigo Cavalcante Barreto, Rodrigo Costa de Araújo Souza e Silvana Marsicano Franca.

Jurisdição	Alagoa Nova, Alcantil, Algodão de Jandaíra, Amparo, Arara, Areial, Aroeiras, Baraúna, Barra de Santa Rosa, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Boa Vista, Boqueirão, Cabaceiras, Camalaú, Campina Grande, Caraúbas, Caturité, Congo, Coxixola, Cubati, Cuité, Damião, Esperanca, Fagundes, Frei Martinho, Gado Bravo, Gurjão, Ingá, Itatuba, Juarez Távora, Juazeirinho, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Mogeiro, Montadas, Monteiro, Natuba, Nova Floresta, Nova Palmeira, Olivados, Ouro Velho, Parari, Pedra Lavrada, Picuí, Pocinhos, Prata, Puxinanã, Queimadas, Remígio, Riachão do Bacamarte, Riacho de Santo Antônio, Santa Cecília, Santo André, São Domingos do Cariri, São João do Cariri, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião de Lagoa de Roca, Sao Sebastiao do Umbuzeiro, São Vicente do Serido, Serra Branca, Serra Redonda, Soledade, Sossego, Sumé, Umbuzeiro, Zabelê
Normativo de criação	RA nº 16/2017 e Ato TRT GP nº 146/2017
Data de instalação	8/5/2017
Data da última correição	12 de setembro de 2024
Período de correicionado	1º/9/2024 a 31/7/2025



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Aos 12 de setembro de 2025, sob a supervisão da Excelentíssima Senhora Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora, **RITA LEITE BRITO ROLIM**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 6ª Vara do Trabalho de Campina Grande, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 027/2025, publicado no DJEN, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

A Desembargadora Corregedora, acompanhada do Juiz Auxiliar da Corregedoria, Alexandre Roque Pinto e do Secretário da Corregedoria, Rodrigo Cavalcante Barreto, foram recebidos presencialmente, na sede da Vara, pela Juíza titular, Joliete Melo Rodrigues Honorato, pelo Juiz substituto fixo, Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira, pela Diretora de Secretaria, Talita Simões Leão e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de 1º/9/2024 a 31/7/2025 (11 meses) e nas informações prestadas pela Diretora de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrada Titular

Juíza Titular	Titularidade na Unidade
Joliete Melo Rodrigues Honorato	21/6/2021 - Ato TRT SGP nº 120/2021

1.2 Magistrado Substituto fixo

Juiz Substituto Fixo	Fixação na Unidade
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	29/7/2024 - Ato TRT SCR nº 062/2024



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

1.3 Assiduidade dos magistrados

Não foram registrados casos de inassiduidade na Corregedoria, tampouco foram recebidas manifestações na Ouvidoria, em relação à juíza titular, ao juiz substituto fixo e aos demais magistrados que atuaram na Vara durante o período correicional. Além disso, foi constatado que, durante o período correicionado, houve um registro de reclamação, e uma solicitação em face da Unidade na Ouvidoria, todas com a situação arquivada.

1.4 Servidores lotados na Unidade

A 6ª Vara do Trabalho de Campina Grande conta, atualmente, com **12** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Denise Wortmann Clerot	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	11/8/2021
Givanilson Alves da Silva	Calculista	8/5/2017
Joel Vieira de Alvarenga	Assistente III	20/1/2019
Karla Patricia Azevedo de Araujo	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	8/7/2019
Karollinne Marie Lira Fernandes Duarte	Técnico Judiciário – Assistente III	7/1/2025
Luiz Carlos Moreira Oliveira Junior	Técnico Judiciário – Assistente III	8/5/2017
Napoleão Ramos de Brito Segundo	Calculista	21/6/2017
Rafael Galdino Maia	Técnico Judiciário – Secretário de Audiencia	14/8/2023
Rubens Augusto Barbosa Paiva	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	8/5/2017
Sonia Elizabete de Melo	Técnico Judiciário – Secretário de Audiencia	8/5/2017
Talita Simões Leão	Analista Judiciário – Diretora de Secretaria	9/1/2023
Tania Ramos Araujo Pinheiro	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	14/8/2024

Segundo informações fornecidas pela Diretora de Secretaria, a Unidade adota, como método de trabalho, a divisão de tarefas conforme a faixa e a fase processual. Além disso, são executadas atividades específicas, como a elaboração de minutas de sentença e a realização de cálculos no sistema PJe. Foi ressaltado que a unidade implementa boas práticas de gestão de vara,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

focadas em produtividade, clima organizacional e processos internos de trabalho, a exemplo de:

- a) acompanhamento da execução das atividades pelos servidores por meio do sistema GIGS e do controle de pendências no PJe Gestão/CHIPS, com utilização do Chat como ferramenta de comunicação para envio de avisos, orientações, procedimentos e atualizações de modelos;
- b) distribuição equilibrada de tarefas e funções, buscando alinhar o volume e a complexidade das demandas à capacidade de cada servidor, com o objetivo de manter a motivação da equipe e atender às metas de produtividade.

Em relação às práticas de gestão processual com foco em administração de processos e no cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário, a Unidade relatou algumas práticas, abaixo relacionadas:

- a) utilização do robô Solaria para automatizar a juntada de alvarás e o registro de pagamentos, que são monitorados para que se verifique a regularidade/correção das informações;
- b) inclusão em pauta de processos em fase de execução com potencial conciliatório, priorizando o uso das ferramentas PrevJud, Sniper e Infoseg para localizar informações relevantes e, posteriormente, realizar contato via WhatsApp visando à designação de audiências, especialmente em casos de desconsideração da personalidade jurídica e bloqueios parciais;
- c) utilização, na fase de execução, das ferramentas eletrônicas desde o pedido inicial do autor, com renovações do Sisbajud em processos sobrestados à espera de iniciativa do credor. Bloqueios pendentes de desdobramento são monitorados periodicamente.

Informou, ademais, que todos os servidores já foram orientados na utilização da ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância - WIKI-VT, que tem se mostrado especialmente eficaz para



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

aqueles que estão aprendendo novas tarefas, sendo um recurso excelente para consulta de procedimentos. No que se refere à ferramenta PJe-Gestão, a Diretora de Secretaria destacou que a utiliza diariamente.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

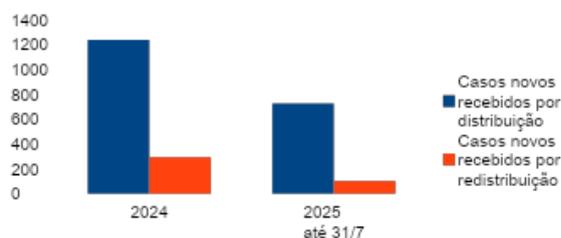
De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 6ª Vara do Trabalho de Campina Grande contabilizava, em 31/7/2025, um acervo processual de 1363 processos:

Item	Quantidade
Fase de Conhecimento	668
Fase de Liquidação	137
Fase de execução	552
Cartas precatórias e de ordem	6
TOTAL	1363

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

2.1.1 Casos novos

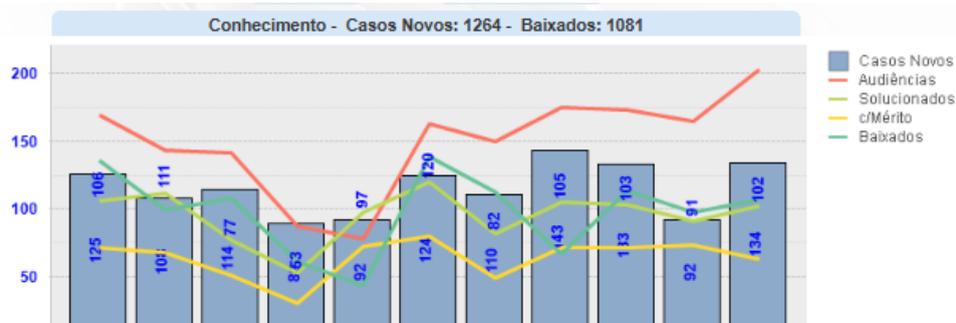
Item	2024	2025 até 31/7
Casos novos recebidos por distribuição	1237	725
Casos novos recebidos por redistribuição	292	103
TOTAL	1529	828



A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (setembro/2024 julho/2025).

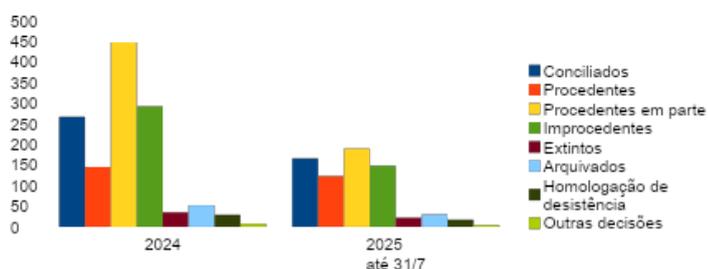


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2024	2025 até 31/7
Conciliados	267	166
Procedentes	145	123
Procedentes em parte	448	190
Improcedentes	292	148
Extintos	35	22
Arquivados	52	30
Homologação de desistência	29	17
Outras decisões	7	4
TOTAL	1275	700



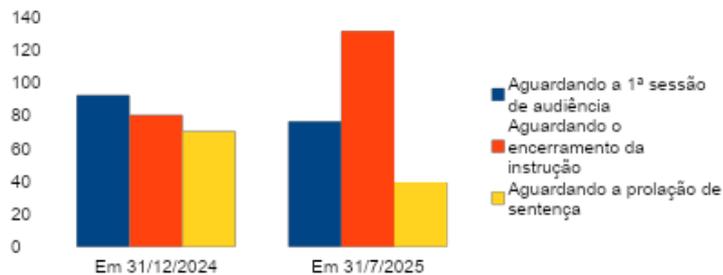
2.3 Pendentes de solução (Fonte: e-Gestão)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Item	Em 31/12/2024	Em 31/7/2025
Aguardando a 1ª sessão de audiência	92	76
Aguardando o encerramento da instrução	80	131
Aguardando a prolação de sentença	70	39
TOTAL	242	246



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: e-Gestão e Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2024	2025 até 31/7	Variação (%)
Fase de conhecimento	604	668	10,60%
Fase de liquidação	140	137	-2,14%
Fase de execução	558	552	-1,08%

Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	30	130	49	227	0
Conciliação em conhecimento	4	33	31	36	7
Conciliação em Execução	10	43	17	24	5
Una	40	210	186	175	19
Instrução	12	107	73	46	7

Segundo informações da Diretora de Secretaria, a Unidade correicionada realiza audiências, ordinariamente, de terça a quinta-feira, podendo também ocorrer às segundas e sextas-feiras, conforme a demanda e as especificidades dos processos.

3.2. Audiências realizadas na jurisdição de Campina Grande (Fonte: Hórus)

MÊS	1ª VTCG	2ª VTCG	3ª VTCG	4ª VTCG	5ª VTCG	6ª VTCG	7ª VTCG	Média (excluída a unidade correicionada)
9/24	180	186	149	171	152	169	178	169,33
10/24	121	200	159	186	121	143	189	162,66
11/24	165	144	145	153	122	141	147	146
12/24	115	114	104	74	101	87	89	99,5
1/25	53	66	52	49	51	78	33	50,66
2/25	124	187	174	175	159	163	118	156,16
3/25	145	161	107	140	133	150	165	141,83
4/25	122	164	127	153	156	175	162	147,33
5/25	165	207	250	178	166	173	180	191
6/25	121	183	128	150	144	164	149	145,83
7/25	107	191	145	132	146	203	97	136,33
TOTAL	1418	1803	1540	1561	1451	1646	1507	1546,63



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Fase de conhecimento	2024	2025 até 31/7
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	29	28
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	31	33
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	58	59
Da conclusão à prolação da sentença	18	19
Do ajuizamento até a prolação da sentença	72	70

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2024	2025 até 31/7
Embargos de declaração	Recebidos	290	154
	Baixados	295	151
	Pendentes	8	11
Tutela Provisórias	Recebidos	108	52
	Apreciadas	104	46
	Pendentes	2	1
Liquidação/ Execução	Recebidos	55	35
	Baixados	45	30
	Pendentes	6	6

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º9/2024 a 31/7/2025			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	710	682	40
Recurso adesivo	31	30	-
Agravo de petição	56	40	4
Total	797	752	44

7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2024**: **66** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **89** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **78** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **31/7** é de **66** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **85** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **76** dias. Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **72** dias, para o ano base de **2024** e de **70** dias, relativo a este ano de **2025**, até **31 de julho**.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2024**, foi de **218** dias, e de **249** dias, referente ao exercício atual até o dia **31 de julho**.

8. NÚMERO DE PROCESSOS NA FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: e Hórus)

Item	2024	2025 até 31/7
Execuções pendentes do exercício anterior	654	665
Execuções iniciadas	944	381
Desarquivados	59	-
Recebidos de outros Órgãos	5	1
Execução de título extrajudicial	-	-
Execuções encerradas	926	403
Remetidos a outros Órgãos	4	-
Processos arquivados provisoriamente	2	-

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correccionado (setembro/2024 julho/2025).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2024	2025 até 31/7/25
Acordo	PJe	R\$ 7.599.977,41	R\$ 4.279.189,84
Espontâneo	PJe	R\$ 4.709.412,99	R\$ 7.377,61
Execução	PJe	R\$ 6.195.147,83	R\$ 4.533.071,47
TOTAL		R\$ 18.504.538,23	R\$ 8.819.628,92

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2024	2025 até 31/7/25
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 516.160,96	R\$ 273.738,97
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 2.374.119,45	R\$ 996.744,14
Imposto de renda	PJe	R\$ 150.039,59	R\$ 13.780,08
TOTAL		R\$ 3.040.320,00	R\$ 1.284.263,19

10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou a Desembargadora Corregedora que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

PERÍODO CORREICIONADO 1º/9/2024 a 31/7/2025		
Item	Sistema	Quantidade
SISBAJUD	PJe	841
INFOJUD	PJe	130
INFOSEG	PJe	1
RENAJUD	PJe	186
BNDT	Pendentes (PJe)	55
	Incluídos (PJe)	76

10.2 Quantidade de processos remetidos, devolvidos e pendentes de devolução pelo CEJUSC do 1º grau

PERÍODO CORREICIONADO 1º/9/2024 a 31/7/2025	
Processos remetidos para o CEJUSC1	55
Processos devolvidos do CEJUSC1	6
Processos pendentes de devolução pelo CEJUSC1	50

11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2024 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	99,57 %
Unidade Correicionada	102,50 %

Meta 1/2025 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2024 a 19/12/2025, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/2024 a 19/12/2025	
Unidades de primeiro grau do TRT	91,68%
Unidade Correicionada	97,76%

Para efeito de controle da **Meta 1/2025**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **742** casos novos (por distribuição) e **697** (primeiro julgamento), atingindo o percentual de 97,76%.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Registre-se que a unidade correicionada vem atingindo parcialmente a Meta 1/2025 do CNJ (janeiro a julho) em virtude da não extrapolação da cláusula de barreira (TCL-C de 31,34%).

Meta 2/2024 – Identificar e julgar, até 31/12/2024, pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2022, nos 1º e 2º graus e 98% dos processos pendentes de julgamento há 4 anos (2020) ou mais.	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,24% da Meta 2
	99,73% dos processos distribuídos até 31/12/2022
Unidade Correicionada	107,53% da Meta 2
	100% dos processos distribuídos até 31/12/2022

Meta 2/2025 – Identificar e julgar, até 31/12/2025, pelo menos 94% dos processos distribuídos até 31/12/2023 nos 1º e 2º graus e todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há mais de 5 anos (2020)	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	105,65% da Meta 2
	99,31% dos processos distribuídos até 31/12/2023
Unidade Correicionada	105,25% da Meta 2
	98,93 % dos processos distribuídos até 31/12/2023

Meta 3/2024 – Aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2021/2022 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação.	
IPC – Índice de processos conciliados – cláusula de barreira: 38%	
Unidades de primeiro grau do TRT	92,19% da Meta 3
	34,66% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	71,39% da Meta 3
	26,84% de índice de conciliação

Meta 3/2025 – Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2022/2023 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação.	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 41% cláusula de barreira: 38%	
Unidades de primeiro grau do TRT	85,80% da Meta 3
	35,18% de índice de conciliação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Unidade Correicionada	65,60% da Meta 3
	26,90% de índice de conciliação

Meta 5/2024 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 0,5 ponto percentual, exceto execuções fiscais, em relação a 2023. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%

Unidades de primeiro grau do TRT	132,99%
Unidade Correicionada	191,66%

Meta 5/2025 – Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2024. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%

Unidades de primeiro grau do TRT	79,13%
Unidade Correicionada	107,39%

Indicadores								
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL	
2025-01	43	53	328	138	88,41	72,25	82,92	
2025-02	138	83	299	138	62,29	50,36	57,96	
2025-03	112	71	282	138	49,04	40,00	45,65	
2025-04	67	59	329	141	47,75	34,64	42,88	
2025-05	113	74	322	151	40,50	30,75	36,78	
2025-06	97	65	297	143	34,26	26,09	31,10	
2025-07	107	73	309	161	31,34	25,20	28,92	

MAGISTRADOS

12. AFASTAMENTO DE JURISDIÇÃO (Juíza Titular e Juiz Substituto fixo)

JOLIETE MELO RODRIGUES HONORATO			
Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	SAOPJe	30/11/2024 a 19/12/2024	20
Licença médica	SAOPJe	12/5/2025 a 26/5/2025	15
Férias	SAOPJe	26/6/2025 a 15/7/2025	20

RODRIGO ANDERSON FERREIRA OLIVEIRA			
Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	SAOPJe	22/3/2025 a 10/4/2025	20
Férias	SAOPJe	23/5/2025 a 11/6/2025	20



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

12.1 Audiências realizadas (1º/9/2024 a 31/7/2025) (Hórus)

Magistrados	Una	Enc. Inst. Inq. test	Instrução	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Mariana Petit Horácio de Brito	-	-	4	1	-	4	9
George Falcão Coelho Paiva	33		5		4	5	47
Rodrigo Anderson F Oliveira	327	-	102	181	84	61	755
Francisco Xavier de A Filho	11		1		3	1	16
Ilina Maria J. Maracajá C de Sá	6	-	2	9	1	1	19
Joliete Melo R. Honorato	256	-	135	263	64	69	787

12.2 Incidentes julgados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação Execução	Total
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	95	29	22	146
George Falcão Coelho Paiva	2	3	-	5
Adriana Lemes F. Maracaja Coutinho	24	-	-	24
Mariana Petit Horácio de Brito	1	-	-	1
Marilia Leal Montenegro Spinelli	-	-	2	2
Karina Lima de Queiroz	4	-	-	4
Joliete Melo Rodrigues Honorato	100	31	23	154
Ilina Maria Jurema Maracaja Coutinho de Sá	8	-	-	8
Francisco Xavier de Andrade Filho	2	-	-	2

13. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – Solucionados (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Magistrados	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Adriana Lemes Fernandes Maracaja Coutinho	-	-	15	4	-	-	-	-	19
Francisco Xavier de Andrade Filho	2	-	7	2	-	-	-	-	11
George Falcão Coelho Paiva	8	1	5	10	-	2	-	-	26
Iliana Maria Jurema Maracaja Coutinho de Sá	1	4	12	6	-	1	1	-	25
Joliete Melo Rodrigues Honorato	116	103	106	101	-	30	17	11	484
Karina Lima de Queiroz	-	-	6	5	-	-	-	-	11
Mariana Petit Horácio de Brito	2	-	1	-	-	-	-	-	3
Marília Leal Montenegro Spinelli	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	122	55	132	104	1	22	13	18	467

No período correccionado, a Juíza titular laborou 246 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,97 processo/dia. O Juiz substituto fixo laborou 241 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,94 processo/dia. Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

13.1 Processos solucionados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	479
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	427



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Homologação da Transação Extrajudicial	77
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	24
Consignação em Pagamento	13
Embargos de Terceiro Cível	10
Ação Civil Coletiva	5
Ação de Cumprimento	3
Tutela Antecipada Antecedente	2
Petição	2
Ação Civil Pública Cível	1
Alvará Judicial - Lei 6858/80	1
Monitória	1
Protesto	1
Mandado de Segurança Cível	1

14. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	líquidas	Não líquidas	%
Adriana Lemes Fernandes Maracaja Coutinho	15	-	100%
Ilina Maria Jurema Maracaja Coutinho de Sá	14	2	87,5%
Francisco Xavier de Andrade Filho	6	1	85,71%
George Falcão Coelho Paiva	1	5	16,67%
Mariana Petit Horácio de Brito	1	-	100%
Joliete Melo Rodrigues Honorato	190	15	92,68%
Karina Lima de Queiroz	5	2	71,42%
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	177	11	94,14%

15. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrados	Total
Adriana Lemes Fernandes Maracaja Coutinho	19
Francisco Xavier de Andrade Filho	11
George Falcão Coelho Paiva	26
Ilina Maria Jurema Maracaja Coutinho de Sá	25



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Joliete Melo Rodrigues Honorato	484
Karina Lima de Queiroz	11
Mariana Petit Horácio de Brito	3
Marília Leal Montenegro Spinelli	1
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	467

15.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 20 dias

Magistrados	Dias
Adriana Lemes Fernandes Maracaja Coutinho	21
Francisco Xavier de Andrade Filho	33
George Falcão Coelho Paiva	15
Irina Maria Jurema Maracaja Coutinho de Sá	52
Joliete Melo Rodrigues Honorato	16
Karina Lima de Queiroz	44
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	20

16. DO OBSERVATÓRIO

Entre a data designada para a correição de 2024 e a presente inspeção, realizou-se o único ciclo do Observatório no referido exercício. Em resposta ao expediente, datada de 28/05/2025, a magistrada titular destacou que o acompanhamento das tarefas “Cumprimento de Providências”, “Triagem Inicial” e “Minutar Sentença” fazem parte da rotina da unidade judiciária. De igual modo, a unidade correicionada procede com o acompanhamento do Gigs, processos arquivados provisoriamente, pendências de BNDT e SISBAJUD.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do Portal do TRT13 na internet: Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

17. PROJETO GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT n. 61, de 07 de outubro de 2024, bem como o ATO TRT13 SCR n. 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais e recursais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrado o seguinte, entre setembro de 2024 e julho de 2025 - 11 meses:

Movimentação	Valor total
Recolhimento contribuições previdenciárias	R\$ 1.891,45
Total	R\$ 1.891,45

A Corregedora destaca a necessidade de que sejam adotadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais e recursais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados.

Quanto ao tratamento das contas bancárias ativas vinculadas a processos arquivados, a Unidade informou que, no início da gestão, foi realizado um trabalho conjunto no sistema Garimpo, coordenado pela Diretora de Secretaria e distribuído entre os servidores conforme a numeração e a data de arquivamento. Após concluir a análise das contas vinculadas, iniciou-se a verificação das não vinculadas, com filtros aplicados por unidade judiciária e, posteriormente, pela cidade de Monteiro-PB. Atualmente, restam 8 contas na lista da 6ª Vara de Campina Grande, sendo 4 de Monteiro, ainda pendentes de análise.

Parabeniza-se a unidade correicionada pelos evidentes esforços em sanear as contas judiciais e recursais do Projeto Garimpo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

18. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR nº 37/2025 destaca a importância de registrar, na ata de correição, a participação em cursos de formação continuada exigidas pela ENAMAT por parte de magistrados, com duração mínima de 30 horas-aula por semestre (artigo 39 da Resolução ENAMAT nº 28 de 28/9/2022), assim como a participação de servidores em cursos de capacitação fornecidos pela EJUD 13 e outras instituições. Consoante as informações fornecidas pela Escola Judicial – EJUD (PROAD nº 647/2025), a Juíza Titular, Joliete Melo Rodrigues Honorato, bem como o Juiz substituto fixo, Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira, participaram de cursos de formação continuada em ambos os semestres do ano de 2024, atendendo a carga horária exigida pela ENAMAT.

Magistrados	Descrição
JOLIETE MELO RODRIGUES HONORATO	<p>Curso Preparação para Aposentadoria - Caminhos (Turma FEV/2024) 26/02/2024 A 28/02/2024 40H</p> <p>INDÚSTRIA 4.0 EM PLATAFORMA: PRESENTE E FUTURO DO TRABALHO 28/02/2024 3H</p> <p>CURSO "INCLUSÃO SOCIAL E LABORAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL OU TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA - TURMA 1/2024 04/03/2024 a 18/03/2024 5H</p> <p>CURSO "CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: DA ABORDAGEM SISTÊMICA À APLICAÇÃO PRÁTICA - TURMA 1/2024" 26/02/2024 a 22/03/2024 20H</p> <p>CURSO "PROJETO EFETIVA DIAGNÓSTICO" 21/03/2024 E 22/03/2024 9H</p> <p>CURSO EAD "BLINDAGEM PATRIMONIAL(PARCERIA EJUD 20)" 04/03/24 A 01/04/2024 20H</p> <p>ABRIL VERDE - PALESTRAS 05/04/2024 4H</p> <p>1º ENCONTRO INSTITUCIONAL DE 2024: INTERSECCIONALIDADE DIVERSIDADE E JUSTIÇA SOCIAL 09/05/24 E 10/05/2024 15,50</p> <p>RODA DE CONVERSA SOBRE TRABALHO INFANTIL (FÓRUM IRINEU JOFFILY - CAMPINA GRANDE) 29/05/2024 2H</p> <p>PALESTRA "PROTOCOLO DE JULGAMENTO COM PERSPECTIVA ANTIDISCRIMINATÓRIA" 14/06/2024 4,5H</p> <p>TÉCNICAS DE INTERROGATÓRIO 23/09/2024 4H</p> <p>II ENCONTRO INSTITUCIONAL 03/10/2024 A 04/10/2024 15,25H</p> <p>PALESTRA: ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA E GESTÃO DE COLEGIADOS TEMÁTICOS 11/11/2024 3,5H</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>MÓDULO 3 - MINICURSOS: PROTOCOLOS PARA ATUAÇÃO E JULGAMENTO 27/11/24 8H</p>
<p>RODRIGO ANDERSON F. DE OLIVEIRA</p>	<p>INDÚSTRIA 4.0 E TRABALHO EM PLATAFORMA: PRESENTE E FUTURO DO TRABALHO? 28/02/2024 3H</p> <p>PALESTRAS "ESOCIAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO" 26/04/2024 4H</p> <p>1º ENCONTRO INSTITUCIONAL DE 2024: INTERSECCIONALIDADE, DIVERSIDADE E JUSTIÇA SOCIAL 09/05/24 E 10/05/2024 15,5</p> <p>PALESTRA "PROTOCOLO DE JULGAMENTO COM PERSPECTIVA ANTIDISCRIMINATÓRIA" 14/06/2024 4,5H</p> <p>CURSO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES SOBRE CAPACITAÇÃO PARA CEJUSC - MÓDULO TEÓRICO - 40H</p> <p>JORNADA SOBRE TEMAS ATUAIS DE DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO 03/07/2024 4H</p> <p>PALESTRA "ENTENDENDO O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER E A REDE DE PROTEÇÃO" 19/07/2024 2H</p> <p>CURSO "LINGUAGEM SIMPLES E LINGUAGEM INCLUSIVA" 26/07/2024 3H</p> <p>CURSO "ELABORAÇÃO DE ARTIGOS JURÍDICOS" 29/07/2024 E 31/07/2024 7H</p> <p>OFICINA SOBRE APLICAÇÃO DE DECISÕES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS 09/08/2024 5H</p> <p>CURSO EAD "FERRAMENTAS ELETRÔNICOS DE AUXÍLIO À EXECUÇÃO TRABALHISTA - MÓDULO 1 - TURMA 2/2024 18/07/2024 A 19/08/2024 10H</p> <p>CURSO SOBRE PENHORAS POUCO CONVENCIONAIS NO PROCESSO DO TRABALHO 23/08/2024 4H</p> <p>FLUXOS PROCEDIMENTAIS NA LIQUIDAÇÃO E NA EXECUÇÃO À LUZ DA DOCTRINA E DOS PRECEDENTES TRABALHISTAS 12/08/2024 A 04/09/2024 20H</p> <p>Curso de Formação Continuada sobre Precedentes no Processo do Trabalho 29/07/2024 A 18/09/2024 30H</p> <p>TÉCNICAS DE INTERROGATÓRIO 23/09/2024 4H</p> <p>Curso de Formação Continuada sobre Assédio Eleitoral nas Relações de Trabalho 26/08/2024 a 25/09/2024 20H</p> <p>II ENCONTRO INSTITUCIONAL: 20 ANOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45 OS DESAFIOS DA JURISDIÇÃO SOCIAL 03/10/2024 E 04/10/2024 15,25H</p> <p>PRECEDENTES COM ENFOQUE NA JUSTIÇA DO TRABALHO 21/10/2024 4H</p> <p>MÓDULO 1 - MINICURSOS: PROTOCOLOS PARA ATUAÇÃO E JULGAMENTO 07/11/2024 8H</p> <p>MÓDULO 2 - MINICURSOS: PROTOCOLOS PARA ATUAÇÃO E JULGAMENTO 08/11/2024 8H</p> <p>PALESTRA: ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA E GESTÃO DE COLEGIADOS TEMÁTICOS 11/11/2024 3,5H</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>CURSO ONLINE EM ORATÓRIA EMOCIONAL (PERSONAL PERFORMANCE EM ORATÓRIA) 25/11/2024 E 26/11/2024 8H</p> <p>MÓDULO 3 - MINICURSOS: PROTOCOLOS PARA ATUAÇÃO E JULGAMENTO 27/11/24 8H</p> <p>ACESSIBILIDADE E COMBATE AO CAPACITISMO NO SETOR PÚBLICO 28/10/2024 A 27/11/2024 30H</p> <p>O FUTURO DOS DIREITOS SOCIAIS TRABALHISTAS NO ESTADO DEMOCRÁTICO 29/11/2024 3H</p> <p>PALESTRA TRABALHO EM PLATAFORMAS DIGITAIS (ENCERRAMENTO DO ANO LETIVO DA EJUD-13) 09/12/2024 3H</p>
--	---

Conforme informações fornecidas pela EJUD (PROAD nº 647/2025) e pela SEGEPE (PROAD nº 634/2025), os servidores lotados na unidade correicionada, relacionados abaixo, participaram das capacitações realizadas durante o período correicionado compreendido entre setembro de 2024 e julho de 2025, a exceção dos servidores: Karollinne Marie Lira Fernandes Duarte e Luiz Carlos Moreira Oliveira Junior.

Servidores	Descrição
DENISE WORTMANN CLEROT	OFICINA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ATIVIDADE JURISDICIONAL - MÓDULO BÁSICO - TURMA 4 - MAGISTRADOS DE 1º GRAU E ASSISTENTES
GIVANILSON ALVES DA SILVA	CURSO SOBRE PENHORAS POUCO CONVENCIONAIS NO PROCESSO DO TRABALHO SEMINÁRIO ABRIL VERDE NO TRT SEMANA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO MORAL E OUTRAS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO - ABERTURA OFICINA DE CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO TRABALHISTA NO PJE-CALC - TURMA I - CAMPINA GRANDE
JOEL VIEIRA DE ALVARENGA	II ENCONTRO INSTITUCIONAL: 20 ANOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45 OS DESAFIOS DA JURISDIÇÃO SOCIAL SEMANA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO MORAL E OUTRAS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO - ABERTURA POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO O NOVO REGULAMENTO DO SISBAJUD E SUAS IMPLICAÇÕES PRÁTICAS NA EXECUÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

<p>KARLA PATRICIA AZEVEDO DE ARAUJO</p>	<p>CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO</p> <p>TRT - EVENTO EM ALUSÃO AO MÊS DAS MULHERES - 2025 - (MODALIDADE PRESENCIAL E ONLINE) / ORGANIZADO POR ASPROS, CSAUDE E SEGEPE</p> <p>SEMANA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO MORAL E OUTRAS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO - OFICINA PARA GESTORES ADMINISTRATIVOS E DIRETORES DE VARA DO TRABALHO</p> <p>SEMANA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO MORAL E OUTRAS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO - ABERTURA</p> <p>POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO</p> <p>PALESTRA "ENTENDENDO O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER E A REDE DE PROTEÇÃO</p> <p>ENCONTRO INSTITUCIONAL - MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UM OLHAR PARA O FUTURO E OS DESAFIOS DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL</p> <p>ARTE E CULTURA EM ALUSÃO AO DIA NACIONAL DE LUTA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA / SEGEPE DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - GESTÃO FINANCEIRA E GESTÃO DO TEMPO / SEGEPE - NÚCLEO DE ESTRATÉGIA E POLÍTICAS DE PESSOAL</p> <p>SEMANA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO MORAL E OUTRAS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO - ABERTURA</p> <p>PRIMEIROS PASSOS PARA USO DE LINGUAGEM SIMPLES (TURMA JUL/2024) / ENAP (PARCERIA FIRMADA ENTRE A JUSTIÇA DO TRABALHO E A ENAP - PROAD 01885/2024)</p> <p>PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA - CAMINHOS (TURMA AGO/2024) / ENAP (PARCERIA FIRMADA ENTRE A JUSTIÇA DO TRABALHO E A ENAP - PROAD 01885/2024)</p> <p>PORTUGUES - INTERPRETAÇÃO DE TEXTO E EMPREGO DE REGRAS GRAMATICAIS (TURMA JUL/2024) / ENAP (PARCERIA FIRMADA ENTRE A JUSTIÇA DO TRABALHO E A ENAP - PROAD 01885/2024)</p> <p>O NOVO REGULAMENTO DO SISBAJUD E SUAS IMPLICAÇÕES PRÁTICAS NA EXECUÇÃO</p> <p>NOVA LEI DE LICITAÇÕES: VISÃO GERAL (TURMA JUN/2024) / ENAP (PARCERIA FIRMADA ENTRE A JUSTIÇA DO TRABALHO E A ENAP - PROAD - 01885/2024)</p> <p>INTELIGÊNCIA EMOCIONAL (TURMA AGO/2024) / ENAP (PARCERIA FIRMADA ENTRE A JUSTIÇA DO TRABALHO E A ENAP - PROAD 01885/2024)</p> <p>INCLUSÃO DE GÊNERO NA PONTA DA LÍNGUA (TURMA SET/2024) / ENAP (PARCERIA FIRMADA ENTRE A JUSTIÇA DO TRABALHO E A ENAP - PROAD 01885/2024)</p> <p>FERRAMENTAS DE CONSTRUIÇÃO E FERRAMENTAS DE INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL - TURMA II</p> <p>ASSÉDIO MORAL: O QUE SABER E FAZER (TURMA AGO/2024) / ENAP (PARCERIA FIRMADA ENTRE A JUSTIÇA DO TRABALHO E A ENAP -</p>
--	--



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	PROAD 01885/2024)
NAPOLEÃO RAMOS DE BRITO SEGUNDO	<p>CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO</p> <p>PRECEDENTES COM ENFOQUE NA JUSTIÇA DO TRABALHO</p> <p>O NOVO REGULAMENTO DO SISBAJUD E SUAS IMPLICAÇÕES PRÁTICAS NA EXECUÇÃO</p> <p>CURSO SOBRE PENHORAS POUCO CONVENCIONAIS NO PROCESSO DO TRABALHO</p>
RAFAEL GALDINO MAIA	<p>CURSO "ELABORAÇÃO DE ARTIGOS JURÍDICOS"</p> <p>VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER JUÍZA E MULHER SERVIDORA - TURMA 1/2025</p> <p>SEMINÁRIO ABRIL VERDE NO TRT</p> <p>SEMANA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO MORAL E OUTRAS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO - ABERTURA</p> <p>PALESTRA "ENTENDENDO O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER E A REDE DE PROTEÇÃO"</p> <p>O NOVO REGULAMENTO DO SISBAJUD E SUAS IMPLICAÇÕES PRÁTICAS NA EXECUÇÃO</p> <p>II ENCONTRO INSTITUCIONAL: 20 ANOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45 OS DESAFIOS DA JURISDIÇÃO SOCIAL</p> <p>FORMAÇÃO INICIAL DE COORDENADORES, SUPERVISORES, CONCILIADORES E MEDIADORES - TURMA 1/2025</p> <p>ENCONTRO INSTITUCIONAL - MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UM OLHAR PARA O FUTURO E OS DESAFIOS DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL</p> <p>DIA DA MULHER: O TRABALHO INVISÍVEL DE CUIDADO</p> <p>CURSO "LINGUAGEM SIMPLES E LINGUAGEM INCLUSIVA"</p>
RUBENS AUGUSTO BARBOSA PAIVA	<p>CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO</p> <p>ENCONTRO INSTITUCIONAL - MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UM OLHAR PARA O FUTURO E OS DESAFIOS DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL</p> <p>II ENCONTRO INSTITUCIONAL: 20 ANOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45 OS DESAFIOS DA JURISDIÇÃO SOCIAL</p> <p>OFICINA DE CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO TRABALHISTA NO PJE-CALC - TURMA I - CAMPINA GRANDE</p>
SONIA ELIZABETE DE MELO	<p>ENCONTRO INSTITUCIONAL - MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UM OLHAR PARA O FUTURO E OS DESAFIOS DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL</p> <p>FORMAÇÃO INICIAL DE COORDENADORES, SUPERVISORES, CONCILIADORES E MEDIADORES - TURMA 2/2025</p> <p>IDENTIDADE NEGRA: CONCEITOS, LUTAS E RESISTÊNCIA - TURMA 1/2025</p> <p>II ENCONTRO INSTITUCIONAL: 20 ANOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45 OS DESAFIOS DA JURISDIÇÃO SOCIAL</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>LINGUAGEM SIMPLES APROXIMA O GOVERNO DAS PESSOAS. COMO USAR? (TURMA MAI/2025) / ENAP (PARCERIA FIRMADA ENTRE A JUSTIÇA DO TRABALHO E A ENAP - PROAD 01885/2024)</p> <p>SEMANA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO MORAL E OUTRAS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO - ABERTURA</p> <p>SEMINÁRIO ABRIL VERDE NO TRT</p> <p>TRT - EVENTO EM ALUSÃO AO MÊS DO SERVIDOR PÚBLICO EM CAMPINA GRANDE - PB / SEGEPE DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
TALITA SIMOES LEAO	<p>ACESSIBILIDADE E COMBATE AO CAPACITISMO NO SETOR PÚBLICO</p> <p>CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO</p> <p>CURSO SOBRE PENHORAS POUCO CONVENCIONAIS NO PROCESSO DO TRABALHO</p> <p>ENCONTRO INSTITUCIONAL - MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UM OLHAR PARA O FUTURO E OS DESAFIOS DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL</p> <p>FERRAMENTAS DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS DE INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL - TURMA II</p> <p>FLUXOS PROCEDIMENTAIS NA LIQUIDAÇÃO E NA EXECUÇÃO À LUZ DA DOCTRINA E DOS PRECEDENTES TRABALHISTAS</p> <p>FORMAÇÃO INICIAL DE COORDENADORES, SUPERVISORES, CONCILIADORES E MEDIADORES - TURMA 2/2025</p> <p>II ENCONTRO INSTITUCIONAL: 20 ANOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45 OS DESAFIOS DA JURISDIÇÃO SOCIAL</p> <p>JUSTIÇA COM PERSPECTIVA DE GÊNERO: ACESSO À JUSTIÇA, POLÍTICAS PÚBLICAS, ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA E AO ASSÉDIO</p> <p>O NOVO REGULAMENTO DO SISBAJUD E SUAS IMPLICAÇÕES PRÁTICAS NA EXECUÇÃO</p> <p>POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO</p> <p>SEMANA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO MORAL E OUTRAS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO - ABERTURA</p> <p>SEMANA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO MORAL E OUTRAS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO - OFICINA PARA GESTORES ADMINISTRATIVOS E DIRETORES DE VARA DO TRABALHO</p> <p>SEMINÁRIO ABRIL VERDE NO TRT</p> <p>TRT - ENCONTRO DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL / SEGGEST DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - EVENTO EM ALUSÃO AO MÊS DAS MULHERES - 2025 - (MODALIDADE PRESENCIAL E ONLINE) / ORGANIZADO POR ASPROS, CSAUDE E SEGEPE</p>
TANIA RAMOS ARAUJO PINHEIRO	<p>ASSÉDIO MORAL: O QUE SABER E FAZER (TURMA SET/2024) / ENAP (PARCERIA FIRMADA ENTRE A JUSTIÇA DO TRABALHO E A ENAP - PROAD 01885/2024)</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO</p> <p>COMPETÊNCIA MATERIAL DA JT</p> <p>CURSO SOBRE PENHORAS POUCO CONVENCIONAIS NO PROCESSO DO TRABALHO</p> <p>IDENTIDADE NEGRA: CONCEITOS, LUTAS E RESISTÊNCIA - TURMA 1/2025</p> <p>MÓDULO 3 - MINICURSOS: PROTOCOLOS PARA ATUAÇÃO E JULGAMENTO</p> <p>OFICINA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ATIVIDADE JURISDICIONAL - MÓDULO BÁSICO - TURMA 3 - ASSISTENTES DE JUÍZES</p> <p>POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO</p>
--	---

19. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Foram analisados 30 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT13 SCR nº 037/2025, havendo a prolação de 07 despachos correicionais no PJe.

Além disso, foram analisados por amostragem 08 processos da tarefa “Aguardando apreciação pela instância superior”, para efeito de análise da existência ou não de pronunciamento explícito sobre a admissibilidade de recurso ordinário e agravo de petição interpostos, nos termos do inciso XI do art. 3º do Ato TRT13 SCR nº 037/2025 e do art. 32, I, da Consolidação dos Provimentos da CGJT (Provimento nº 004/2023).

Concede a Desembargadora Corregedora o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

A Corregedoria Regional, em observância ao art. 14, §1º, da Resolução CSJT nº 247/2019, e Recomendação TRT13 SCR nº 003/2025, constatou, com base no relatório “Controle de Equitatividade nas Nomeações à Assistência Judiciária na Unidade Judiciária”, disponível no SaoPJe, que a unidade correicionada concentrou 24,26% e 56% das nomeações de peritos com



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

especialidade em engenharia e fisioterapia, respectivamente, sobre uma única pessoa, no período de setembro de 2024 a julho de 2025.

20. RECOMENDAÇÕES

a) orientar a equipe a executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, evitando-se o ocorrido, por exemplo, nos processos 0000173-33.2019.5.13.0014 (processo paralisado de 24/07/25 até 08/09/2025) e 0000556-69.2023.5.13.0014 (processo paralisado de 18/07/2025 até 02/09/2025);

b) evitar a prática de constrição de bens do executado, inclusive bloqueio e penhora *on line*, sem a devida conclusão para decisão específica no PJe - BACEN / BNDT / SIGILO FISCAL / INDISPONIBILIDADE DE BENS, evitando-se o ocorrido nos processos 0000175-61.2023.5.13.0014 (inclusão da parte executada no BNDT sem decisão específica nesse sentido - Decisão genérica de Id. c79845e); 0000085-58.2020.5.13.0014 (realizados atos executórios - Sisbajud, Renajud e Infojud - sem a devida conclusão para a decisão específica no PJe); 0000938-62.2023.5.13.0014 (realizados atos executórios - Sisbajud, Renajud, Infojud, CNIB - sem a devida conclusão para a decisão específica no PJe - Despacho genérico no Id. e4b143f); e 0000925-63.2023.5.13.0014 (inclusão do executado no BNDT sem decisão específica nesse sentido, e realizados atos executórios sem lançamento de decisão específica no PJe - Despacho de Id. cc81d43);

c) abster-se de apagar as petições do escaninho sem apreciá-las, evitando-se o ocorrido no processo 0000173-33.2019.5.13.0014 (manifestação do exequente no dia 24/07/25, apagada do escaninho, e só apreciada em 08/09/2025); e 0000495-19.2020.5.13.0014 (pendência de apreciação pelo juízo do pedido do Município constante no Id. 4450c00 - liberação da parte excedente dos valores bloqueados via SISBAJUD);



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

d) cumprir as determinações da Sentença que solucionou o mérito do processo, assim como das demais determinações judiciais, com o fim de evitar o ocorrido nos processos 0000085-58.2020.5.13.0014 (decisão sem cumprimento no tocante a inclusão do devedor no Serasajud - Id. 2d4ab1b); 0001178-38.2024.5.13.0007 (a unidade não comprovou o cumprimento da decisão de Id 7cf38ed); e 0001300-30.2024.5.13.0014 (o processo se encontra com pendência de comprovação da obrigação de fazer imposta na sentença desde 01/08/2025, quando decorreu o prazo para tanto, conforme se infere do despacho de Id. 77f5c3e);

e) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução, observando o registro correto dos valores, evitando-se o ocorrido, por exemplo, nos processos 0000808-38.2024.5.13.0014 (a 1ª parcela do acordo se encontra registrada na movimentação processual de forma incorreta, uma vez que não foi observado o registro separado dos honorários sucumbenciais conforme exposto no acordo - Id. 9e4e62d); 0000535-30.2022.5.13.0014 (pendência de lançamento dos valores pagos ao exequente, conforme se infere do extrato bancário de Id. 27aea1e. Além disso, foram lançadas quantidades de parcelas pagas ao exequente - 43 - acima daquelas efetivamente quitadas até o momento - 33 parcelas, de modo que devem ser excluídas as excedentes); 0000495-19.2020.5.13.0014 (ausência de lançamento na movimentação processual dos valores liberados por meio dos alvarás de Id. 830852b, 43b8b01 e 4eeeb4c e inconsistência entre o valor efetivamente pago a título de honorários advocatícios via alvará de Id. b6c8356 e aquele lançado no PJE);

f) orientar a equipe a analisar minuciosamente os requerimentos e informações acostados nas petições das partes, com o fim de não solicitar informações já apresentadas, prejudicando a celeridade processual com intimações e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

despachos desnecessários, como ocorreu no processo 0001058-92.2024.5.13.0007 (embora já constem, nos autos, os dados bancários do autor e de seu advogado - Id 557e83f, em cumprimento ao despacho de Id f2724c4, essas informações foram novamente solicitadas no despacho de Id e66c36d);

g) orientar a equipe a não realizar intimações desnecessárias, que atrasam a marcha processual, como ocorrido nos expedientes do processo 0000495-19.2020.5.13.0014 (existência de diversas intimações desnecessárias com prazo, a exemplo dos Ids. 7439ec9; 56aac5d; 70d3039);

h) nas hipóteses de arquivamento de ação trabalhista que tramita sob o rito sumaríssimo, em decorrência do não atendimento aos incisos I e II do art. 852-B da CLT, observar a correta solução do processo constante no sistema PJe, qual seja, "Sumaríssimo (art. 852-B §1º da CLT)", evitando o ocorrido no processo nº 0000848-20.2024.5.13.0014;

i) quando da expedição de ofícios RP/RPV na tarefa PEC (Preparar comunicações e expedientes), orientar a equipe a consignar o prazo para pagamento da RPV (2 meses). Além disso, acrescentar, no campo "Descrição", o nome da parte beneficiária, a fim de facilitar a pesquisa no caderno processual, nos termos da Recomendação TRT13 SCR nº 007/2022, evitando o ocorrido nos processos nºs 0000959-72.2022.5.13.0014 (não foi acrescentado o nome do beneficiário da RPV); 0000495-19.2020.5.13.0014 (não foi acrescentado o nome do beneficiário das RPVs no Id. e32bcbb); e 0001070-85.2024.5.13.0014 (não foi acrescentado o nome do beneficiário na RPV);

j) orientar a equipe a elaborar a Requisição de Pequeno Valor individualmente, por beneficiário, de acordo com o estabelecido nas Resoluções Administrativas 303/2019 do CNJ e 314/2021 do CSJT, evitando-se o ocorrido no processo 0001070-85.2024.5.13.0014, onde a RPV de Id 9698f64 foi elaborada com a solicitação de pagamento do crédito do autor e honorários sucumbenciais;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

k) adotar a boa prática de proceder com a atualização dos cálculos do processo no mesmo mês da expedição da RPV, para assegurar a exatidão dos registros financeiros e dos montantes efetivamente requisitados, nos termos do art. 50 da Resolução CNJ nº 303/2019, evitando-se o ocorrido no processo nº 0000495-19.2020.5.13.0014;

l) na hipótese de protocolo de mais de um recurso pela mesma parte recorrente, seja em duplicidade ou não, proceder com a alteração do tipo de petição, registro de prejudicialidade, ou recebimento/denegação, conforme o caso, a fim de evitar pendências estatísticas no PJe, como ocorrido nos processos 0000561-61.2023.5.13.0024 (o Recurso Ordinário foi interposto no dia 23/08/23 por engano, e a parte pediu sua exclusão, sendo que a Secretaria apenas apagou a petição, mantendo, dessa forma, o chip de admissibilidade de RO); 0000307-21.2023.5.13.0014 (o Recurso Ordinário interposto pela empresa em 25/08/2023 - Id. 780864e, antes da Sentença de Embargos de Declaração, não foi apreciado, razão pela qual o chip de admissibilidade de RO continua aparecendo. A ré interpôs o mesmo recurso no dia 22/09/23 - Id. 3c502c1, o qual foi recebido); e 0000675-08.2020.5.13.0023 (o Recurso Ordinário interposto pela empresa em 18/06/2021 - Id. d24172b, antes da Sentença de Embargos de Declaração, não foi apreciado, razão pela qual o chip de admissibilidade de RO continua aparecendo. A ré interpôs o mesmo recurso no dia 16/08/21 - Id. f8190b6, o qual foi recebido);

m) manifestar-se expressamente sobre a admissibilidade do agravo de petição interposto, não se considerando cumprida a exigência do inciso XI do art. 3º do Ato TRT13 SCR nº 037/2025 e do art. 32, I, da Consolidação dos Provimentos da CGJT (Provimento nº 004/2023), no caso de decisão que não expresse o preenchimento dos pressupostos recursais, como ocorrido no processo 0000316-80.2023.5.13.0014;

n) observar o disposto no art. 14, §1º, da Resolução CSJT nº 247/2019 e na Recomendação TRT13 SCR nº 003/2025, a fim de que a nomeação de peritos habilitados no sistema AJ/JT seja realizada de forma equitativa, por nomeação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

direta ou sorteio, considerando a impessoalidade, capacidade técnica e participação em trabalhos anteriores;

o) participar, todos os servidores, de cursos de capacitação fornecidos pela EJUD 13 e outras instituições, com o fito de aprimorar a prestação jurisdicional;

p) envidar esforços para o cumprimento da Meta 3/2025 do CNJ, relacionada com a atuação do primeiro grau no Planejamento Estratégico Institucional do Tribunal.

21. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas considerações, a Desembargadora Corregedora constata que a 6ª Vara do Trabalho de Campina Grande segue empenhada no aprimoramento contínuo da prestação jurisdicional.

Registra-se, com satisfação, o cumprimento das Metas 1 e 2 do CNJ no ano-base de 2024 e, no presente exercício (janeiro a julho), a Unidade já vem apresentando os índices de 97,76% e 105,25%, respectivamente, motivo pelo qual parabeniza os servidores e magistradas pelo trabalho desempenhado.

De igual modo, a Corregedoria constata o diligente esforço empreendido pela Unidade no sentido de reduzir o tempo médio do processo na fase de conhecimento, no período de janeiro a julho de 2025, alcançando o prazo de 70 dias, que é o melhor de sua jurisdição, no período correicionado, e inferior ao parâmetro estabelecido pelo Planejamento Estratégico Institucional do TRT13, fixado em 90 dias.

A Corregedoria também manifesta sua satisfação em constatar que a Unidade correicionada cumpriu a Meta 5 do CNJ no ano base de 2024, atingindo o percentual de 191,66%, o melhor de sua jurisdição, momento em que registra, também, o excelente desempenho atinente à taxa de congestionamento na fase de execução em 2024 (TCL-E: 17,13%), valor amplamente inferior à cláusula de barreira de 65% estabelecida pelo CNJ para essa fase. Destaca-se ainda o cumprimento parcial da Meta 5/2025 do CNJ, com o percentual de 107,39% (janeiro a julho).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Noutro norte, a Corregedoria Regional registra que o índice de conciliação obtido no período de janeiro a julho de 2025 (26,90%) permanece aquém da cláusula de barreira da Meta 3 do CNJ (38%), recomendando, portanto, a adoção de medidas mais eficazes voltadas à pacificação dos conflitos, para que, ao final deste exercício a Unidade alcance Meta 3 do CNJ, não alcançada no ano base de 2024 (71,39%).

Pontua-se, por fim, que é de grande relevância a participação das magistradas e servidores em capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Rodrigo Cavalcante Barreto, Secretário da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pela Desembargadora Corregedora, que deixa assinado o prazo de 10 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho informar o cumprimento dos despachos e recomendações correicionais e, querendo, oferecer suas considerações, consoante Ato TRT SCR nº 37/2025, com a devida comunicação à Corregedoria Regional. A presente Ata será publicada no DJEN e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

RITA LEITE BRITO ROLIM
Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ANEXO

VISTOS EM CORREIÇÃO	
0000606-61.2024.5.13.0014	0001205-97.2024.5.13.0014
0000503-54.2024.5.13.0014	0000923-59.2024.5.13.0014
0001316-81.2024.5.13.0014	0000338-27.2021.5.13.0009
0000924-10.2025.5.13.0014	0000758-46.2023.5.13.0014
0000816-15.2024.5.13.0014	0000505-58.2023.5.13.0014
0000581-48.2024.5.13.0014	0000427-45.2024.5.13.0009
0000761-98.2023.5.13.0014	0001352-60.2023.5.13.0014
0000990-24.2024.5.13.0014	

VISTOS COM RECOMENDAÇÃO EM ATA	
0000556-69.2023.5.13.0014	0000938-62.2023.5.13.0014
0001058-92.2024.5.13.0007	0000175-61.2023.5.13.0014
0000848-20.2024.5.13.0014	0000173-33.2019.5.13.0014
0000959-72.2022.5.13.0014	0000925-63.2023.5.13.0014

DESPACHOS CORREICIONAIS	
0000808-38.2024.5.13.0014	0000085-58.2020.5.13.0014
0001178-38.2024.5.13.0007	0001070-85.2024.5.13.0014
0001300-30.2024.5.13.0014	0000535-30.2022.5.13.0014
0000495-19.2020.5.13.0014	

PROCESSOS EM ANÁLISE DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL	
0000561-61.2023.5.13.0024	0000316-80.2023.5.13.0014
0000307-21.2023.5.13.0014	0000128-87.2023.5.13.0014



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0000675-08.2020.5.13.0023	0000261-50.2023.5.13.0008
0000834-36.2024.5.13.0014	0000244-69.2018.5.13.0014